



**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO  
PARECIS  
ESTADO DE MATO GROSSO**

**PROJETO DE LEI Nº 055 DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.**

**AUTORIA: DRIKA LIMA.**

**DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PARA A HUMANIZAÇÃO DO PARTO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (LEI LARISSA POMPERMAYER)**

A Vereadora Drika Lima, no uso de suas prerrogativas legais garantidas na Lei Orgânica Municipal e com base no Regimento Interno desta Casa, art. 110, XIV, apresenta à apreciação o seguinte Projeto Indicativo, que:

Art. 1º. Fica indicado ao Poder Executivo Municipal que encaminhe a esta Casa Projeto de Lei instituindo o Plano Municipal para a Humanização do Parto, com o objetivo de garantir atendimento humanizado às gestantes atendidas pela Rede Pública Municipal de Saúde.

Art. 2º. O Plano Municipal para a Humanização do Parto deverá assegurar às gestantes:

- I – atendimento que respeite sua segurança, dignidade e bem-estar, bem como a saúde do recém-nascido;
- II – adoção de rotinas e procedimentos baseados em evidências científicas reconhecidas por instituições de referência, como a Organização Mundial da Saúde – OMS;
- III – direito à escolha, sempre que possível, de procedimentos eletivos que favoreçam maior conforto físico e emocional durante o trabalho de parto, incluindo métodos de alívio da dor.

Art. 3º. São princípios norteadores do atendimento humanizado ao parto:

- I – harmonização entre segurança e bem-estar da gestante e do nascituro;
- II – mínima intervenção médica necessária;
- III – preferência por métodos menos invasivos e mais naturais;
- IV – respeito à autonomia da gestante na escolha de métodos naturais seguros;
- V – fornecimento de informações claras sobre procedimentos, riscos e alternativas.

Art. 4º. Recomenda-se que o Poder Executivo implemente, na rede pública, a elaboração de um Plano Individual de Parto, no qual constem:

- I – local de acompanhamento pré-natal;
- II – equipe responsável pelo pré-natal;
- III – estabelecimento hospitalar previsto para o parto;
- IV – equipe de plantão responsável pelo parto;
- V – opções de procedimentos eletivos preferidos pela gestante.

Art. 5º. O Plano Individual de Parto deverá ser elaborado após avaliação médica da gestante, com identificação e acompanhamento dos fatores de risco ao longo de sua gestação.

Art. 6º. O Plano Individual de Parto deverá contemplar a manifestação da gestante sobre:

- I – presença de acompanhante de sua livre escolha;
- II – uso de métodos não farmacológicos de alívio da dor;
- III – administração de medicação analgésica ou anestesia, quando possível e seguro;
- IV – forma de monitoramento fetal.

Parágrafo único. A equipe médica poderá restringir opções quando houver risco à saúde da gestante ou do nascituro, devendo prestar os devidos esclarecimentos.

Art. 7º. O Poder Executivo deverá garantir que as gestantes tenham acesso a informações claras sobre rotinas de assistência ao parto, bem como sobre a segurança e implicações de cada procedimento.

Art. 8º. Sempre que houver necessidade de adoção de procedimentos considerados excepcionais, invasivos ou sem eficácia comprovada, recomenda-se a emissão de justificativa médica inserida no prontuário da gestante.

Art. 9º. O atendimento ao parto deverá observar práticas de segurança recomendadas pelos protocolos nacionais e internacionais, incluindo:

I – uso de materiais adequados e higienizados;

II – monitoramento contínuo do trabalho de parto;

III – incentivo à liberdade de movimento da parturiente;

IV – contato precoce entre mãe e recém-nascido, salvo contraindicação médica.

Art. 10. Este Projeto de Lei tem por finalidade contribuir para a melhoria do atendimento às gestantes no Município, assegurando práticas humanizadas, seguras e alinhadas às diretrizes do SUS.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, 09 de fevereiro de 2026.

**VER. DRIKA LIMA VER. DEILSON LOPES BEIRAL (GRINGO)**

**VER. WILLIAN FREITAS VER. JOAQUIM EQUIP**

**VER. DR. ANDREI VER. ELIAS BARRIGA**

**VER. MILTON SOARES VER. DJONATHAN BAIOTO**

**VER. BEITO MACHADINHO**

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei Indicativo tem por finalidade recomendar ao Poder Executivo Municipal a instituição do Plano Municipal para a Humanização do Parto, com o objetivo de qualificar o atendimento prestado às gestantes no âmbito da Rede Pública Municipal de Saúde, promovendo práticas assistenciais mais seguras, respeitosas e alinhadas às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS.

A humanização do parto é hoje reconhecida nacional e internacionalmente como uma diretriz essencial para a promoção da saúde materno-infantil, sendo amplamente respaldada por evidências científicas e por organismos de referência, como a Organização Mundial da Saúde (OMS). Trata-se de uma abordagem que busca equilibrar segurança clínica, bem-estar físico e emocional da gestante, respeito à sua autonomia e proteção integral do recém-nascido.

Nesse contexto, o projeto propõe a adoção de princípios que valorizam a dignidade da mulher, a redução de intervenções desnecessárias, a utilização de métodos menos invasivos sempre que clinicamente seguros e o fornecimento de informações claras e acessíveis acerca dos procedimentos adotados durante o pré-natal, o trabalho de parto e o parto propriamente dito.

A recomendação para a elaboração de um Plano Individual de Parto visa fortalecer o vínculo entre a gestante e a equipe de saúde, possibilitando um acompanhamento mais organizado, transparente e personalizado, sem prejuízo da necessária atuação técnica e decisória dos profissionais de saúde diante de situações de risco ou intercorrências clínicas. Ressalta-se que o projeto preserva expressamente a autonomia médica, ao permitir a restrição de opções quando houver risco à saúde da gestante ou do nascituro, desde que devidamente justificada e registrada em prontuário.

Importante destacar que a proposição não cria obrigações diretas ou imediatas de execução, tampouco gera aumento automático de despesas, limitando-se a indicar diretrizes e boas práticas a serem consideradas pelo Poder Executivo, respeitando,

assim, o princípio da separação dos Poderes e a iniciativa administrativa própria do Chefe do Executivo Municipal.

Ao incentivar práticas baseadas em evidências científicas, transparência nos procedimentos, segurança assistencial e respeito à mulher no momento do parto, o presente Projeto de Lei contribui para o aprimoramento das políticas públicas de saúde no Município de Campo Novo do Parecis, reafirmando o compromisso desta Casa Legislativa com a promoção da dignidade humana, da saúde pública e da proteção integral à maternidade e à infância.

Diante do exposto, entende-se que a presente iniciativa representa relevante avanço social e institucional, razão pela qual se submete o presente Projeto à apreciação dos nobres Vereadores, esperando-se sua acolhida.